

Do território da USP para a territorialidade do corpo negro

Tuwilê Jorge Kin Braga¹

RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma análise territorial da USP, campus Butantã a partir da perspectiva do corpo negro dos(as) servidores(as) que ocupam a cidade universitária. Para isso, concebemos o território da universidade como elemento ativo para a discussão sobre as desigualdades que recorrem à população negra trabalhadora da instituição e que, de alguma forma, essas desigualdades, entram em sintonia com as contradições que compreendem o projeto de formação histórico-territorial da universidade. Pensamos assim, o território da cidade universitária e as territorialidades desses sujeitos em diferentes espaços da USP como caminho para interpretação das relações raciais e espaciais desiguais que se materializam em dados quantitativos que irão revelar múltiplos os processos de trajetórias diferenciais, no que diz respeito a categoria do trabalho.

Palavras-chaves: USP, relações-raciais, servidores negros, território, territorialidade

From USP's territory to black body's territoriality

ABSTRACT

The present work seeks to make a territorial analysis of USP, Butantã from the perspective of the black body of servants who occupy São Paulo's University. To this end, we conceive the territory of the University as an active element in the discussion of the inequalities that the labour black population of the institution uses and that, in some way, these inequalities are in tune with the contradictions that comprise the historical-territorial formation project of the University.

We thus think of the territory at São Paulo's University and the territorialities of these subjects in different spaces at USP as a way to comprehend unequal racial and spatial relations that materialize in quantitative data that will reveal multiple processes of different trajectories in terms of the category of work.

Keywords: USP, racial relations, black labours, territory, territoriality

Introdução

A Universidade de São Paulo (USP), umas das principais universidades do Brasil, está relacionada, desde a sua fundação, em 1934, a uma tradição jurídico-política. Seu espaço diz respeito a uma importância territorial, a um “projeto político e cultural” (WITTER, 2006, p. 25) que não somente serve como forma de demonstrar o poder científico produzido por intelectuais representados pelo estado de São Paulo, como também para elevar o progresso nacional:

É inegável que a criação da USP se insere num ambicioso projeto político e cultural não só para São Paulo, como também para toda nação brasileira. Esse projeto foi elaborado por um grupo paulista que, dotado do espírito bandeirantismo e visão política, via na criação da Universidade um instrumento de progresso. (Ibid., p. 25)

¹ Mestre em Geografia Humana (USP). Pesquisador do Núcleo de pesquisadoras negras da USP (NEPEN). Email: tuwile@hotmail.com

Essa ótica, que posiciona a criação da universidade como produto para o progresso em escala local e nacional, apenas desenha um dos diversos movimentos que o território universitário tem capacidade de agregar. O território, sendo mais do que um espaço delimitado com seus conjuntos de prédios, moradias, guaritas, praças, vias, ou melhor, *objetos*, direciona uma proposta conceitual para o nosso trabalho que provoca nosso entendimento para uma abertura mais ampla da leitura do território do saber universitário: aquela que situa o território como “dado simbólico” (SANTOS, 2012, p. 82) para compreender as relações e contradições sociais que se apropriam dos movimentos de participação dentro dele.

Desta forma, iremos conceber o território da Cidade Universitária como um elemento ativo para a discussão sobre a população. A Universidade de São Paulo, ao ser um importante espaço social para o desenvolvimento territorial da manutenção do saber, permite a formação de recursos humanos, mostrando-se como um decisivo laboratório para a compreensão da produção e reprodução do poder e da territorialização e territorialidade², que se manifestam de forma específica em relação a determinados grupos da sociedade. A população negra representa um desses grupos que possui especificidades (OSÓRIO, 2006), fruto de um processo histórico que, como aponta Milton Santos (1987, p. 135), “marcou o território, marcou o espírito e marca até hoje as relações sociais deste país”. Dentro da universidade, essa marca específica da população negra pode ser apresentada a partir de espaços de trabalho em que ela tem (ou não) ocupado mais do que o não negro.

Sendo assim, observamos o território como fator³ (SANTOS, 1987) que grafa a produção e reprodução de ideologias que tange as diversas relações sociais existentes na universidade e fora dela. No caso dos servidores negros universitários, veremos que esse grupo tem sido marcado pela clivagem ideológica que, de alguma forma, está em sintonia com o contexto de formação territorial da universidade, o que irá produzir, no que diz respeito ao corpo negro de servidores, trajetórias diferenciadas em comparação aos sujeitos não negros.

Para analisar essas grafias que marcam as trajetórias dos servidores negros no território da USP, o artigo se apoiará em uma pesquisa híbrida, dividida em duas partes. Na primeira, de caráter qualitativo, é realizado a partir de estudos interdisciplinares sobre a conjuntura do

² Segundo Fernandes (2005), territorialidade e territorialização são dois processos geográficos que estão ligados ao território. A territorialização é resultado da expansão do território, enquanto a territorialidade é o movimento das relações mantenedoras do território e que produzem ações próprias ou apropriadas.

³ Território como motivo, como explicação.

processo histórico de modernidade, aproximando a narrativa de criação e formação da Universidade de São Paulo-USP com projetos ideológicos que envolvem a população negra. E em um segundo momento, a pesquisa constrói numa perspectiva quantitativa uma análise de dados sobre as presenças e ausências de servidores negros no território da USP, apresentado mapas de densidade que auxiliam na interpretação e materialização dos dados importantes para serem apropriados para uma luta pela democratização real de um espaço universitário.

USP: modernidade e contradição

Em janeiro de 1934 foi assinado um decreto para a fundação da Universidade de São Paulo. Porém, muito antes dessa assinatura, a universidade já estava sendo construída com as ideias dos intelectuais Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo⁴, que já escreviam textos nas primeiras décadas do século XX sobre a importância de se criar uma universidade em São Paulo.

A derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista⁵ de 1932 é um marco que evidencia não somente o início do desenvolvimento da proposta de criação de uma universidade paulista, mas também o momento em que a disputa pelo poder nacional passaria a ser travada no campo do conhecimento científico. O discurso político foi uma das pontes importantes para nutrir o pensamento sobre a estratégia de uso do saber como arma geopolítica de dominação paulista sobre o território nacional, como ilustra o trecho da reportagem “USP, um sonho paulista de 40 anos”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1974:

vencidos pelas armas, sabíamos que só pela ciência e pela perseverança, no esforço, voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longa década desfrutamos no seio da Federação [...] Oras, que maior monumento poderíamos erguer as que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo [...] do que a Universidade (WITTER, 2006, p. 25).

Em alguns momentos, esse discurso político tendia a uma explanação quase que messiânica sobre o papel do Estado de São Paulo e o conhecimento nacional, como aparece em uma reportagem do mesmo jornal em 1934:

⁴ O professor Fernando de Azevedo, junto com o jornalista Júlio de Mesquita Filho, fizeram inúmeros trabalhos preparatórios, manifestos e inquéritos, promovidos pelo jornal *Estado de S. Paulo*, para ressaltar a importância da criação de uma universidade em São Paulo.

⁵ A revolução constitucionalista de 1932 foi um movimento que se iniciou em São Paulo contra o governo Getúlio Vargas, quando as elites paulistas buscavam recuperar o comando político nacional.

São Paulo tem uma missão dentro da nacionalidade, e essa ninguém pode negar, não será aqui apenas contribuir com sua riqueza para a prosperidade nacional, mas sim a de poder alavancar, dentro de sua população, como pelo país inteiro, o formato de grandes ideias civilizatórias e inteligentes (Ibid., p. 24).

Nesses dois fragmentos, retirados de uma obra comemorativa⁶, podemos observar que a construção da USP tinha como intuito conceber para o território paulista, a partir da ciência, uma hegemonia nacional. Assim, a partir de uma *ideologia geográfica* (MORAIS, 2005), o Estado paulista alimentou-se de concepções que regeriam a política territorial. A Universidade de São Paulo seria, então, uma alternativa que não se limita ao ato de criação de um polo de desenvolvimento do conhecimento científico em território paulista, pois também seria uma alavanca que se ergueria o poder fragilizado do Estado com a derrota de 1932.

É essencial salientar que o uso da ciência como uma forma de alcance de um poder hegemônico era apenas um reflexo da “convulsão mundial” (MOTOYAMA, 2006, p. 22) e diretamente relacionado com um projeto de modernidade⁷ que forçava, na escala paulista, transformações que dialogam com os acontecimentos pelo mundo nesse período, marcado por turbulências geopolíticas e econômicas – como revoluções, guerras mundiais, etc. – que, de alguma forma, abalaram o fervor desenvolvimentista da sociedade nesse período (MOTOYAMA, 2006).

No Brasil, essas turbulências foram necessárias para dar caminho em direção a uma industrialização que, mesmo tardia, permitiu um processo de transformação “de um país totalmente agrícola para um modelo econômico mais moderno, mais diversificado” (Ibid., p. 121). Cabia à universidade que se projetava nesse momento permanecer nessa linha de pensamento progressista e

[...] atender aos reclamos da convulsão mundial e as transformações que ocorriam no País. Efetivamente, na década de 20, os limites da política do café com leite

⁶ A pesquisadora Silva (2015) classifica – como uma forma de diferenciar os diferentes livros que abordam a historiografia da Universidade de São Paulo – essas obras comemorativas em dois grupos: os comemorativos e os analíticos. Os comemorativos seriam aqueles que não buscam analisar a universidade de forma crítica, reiterando “sua importância a partir da afirmação de identidade” (Ibid., p. 272), enquanto os analíticos teriam análises críticas do desenvolvimento histórico da Universidade de São Paulo.

⁷ Segundo David Harvey (1990, p. 23), o projeto de modernidade “entrou em foco durante o século XVII. Esse projeto equivale a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e à arte autônoma nos termos da própria lógica desta. [...] O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modo racional de pensamento prometia a libertação da irracionalidade do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana”.

tornavam-se cada vez mais evidentes. O Brasil crescia, provocando, entre outros, o crescimento das cidades e a sua conseqüente urbanização [...] era muito incipiente no país, necessitando de modernização e de desenvolvimento de parque industrial. (Ibid., p. 23)

Essa necessidade de desenvolvimento era entendida, como já pontuado, a partir de uma lógica marcada por um projeto de modernidade que, em suma, representou também o domínio científico da natureza pelo ser humano, prometendo por meio de um discurso a liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades vinculadas ao meio natural (HARVEY, 1990). Esse discurso, que possuía a roupagem do desenvolvimento para a organização social e a eliminação das problemáticas humanas via racionalidade do saber e dominação do meio natural, esteve paralelamente vinculado ao projeto de desenvolvimento da Universidade de São Paulo. Essa proposta apresentou, inclusive, características contraditórias que marcaram o pensamento iluminista, trazendo inúmeros problemas que envolveram o projeto moderno. Como salienta David Harvey (1990, p. 24):

O pensamento iluminista internaliza uma imensa gama de problemas e não possuía poucas contradições incômodas. Para começar, a questão da relação entre o meio e os fins era onipresente, enquanto os alvos em si nunca podiam ser especificados precisamente, exceto em termos de alguns planos utópicos que, com frequência, pareciam tão opressores para alguns quanto emancipadores para outros.

Essa narrativa que rege os meios e os fins para o desenvolvimento do que aqui chamamos de projeto moderno direcionou, conseqüentemente, problemáticas que estiveram presentes na própria construção da Universidade de São Paulo. Não cabe, pela própria estrutura do trabalho, discorrer minuciosamente sobre como se deu essa larga marcha para instauração de uma das principais universidades brasileiras; porém, é necessário fazer uma reflexão a respeito das contradições oriundas desses problemas existentes no projeto moderno e que incidem na relação da universidade com os sujeitos que deveriam ou não ocupar seu espaço, em sintonia com questões que envolvem um projeto ora emancipador, ora opressor.

Vale lembrar que, tão importante quanto compreender a relevância do conhecimento científico da racionalidade como instrumento de respostas das necessidades humanas (HARVEY, 1990), é observar como a universidade serviu, no caso de São Paulo, como projeto para a manutenção do poder territorial paulista sobre a escala nacional, selecionando, conseqüentemente, quem de fato poderia dominar esse espaço, pois o sujeito que tivesse o domínio científico também exerceria a responsabilidade por toda uma

estratégia territorial paulista e nacional. A universidade se tornaria, como efeito dessa seletividade, uma ferramenta não só de elaboração de um projeto de domínio científico paulista, mas também de elaboração de uma classe dominante que reproduziria ideias de uma elite nacional. Dessa forma:

Não se trata de simplesmente ampliar a rede de ensino oficial, nem de mais uma reforma organizada ou curricular. Tratava-se de definir quem educará os educadores, ou seja, num sentido bem amplo, quem formaria as novas elites intelectuais e dirigentes da sociedade em trânsito, para sua nova fase. (WITTER, 2006, p. 103)

É fundamental pontuar que a universidade, na ótica da elite nacional, se enquadra em um projeto maior de educação que estava em curso desde o início do século XIX. Esse projeto vinculava a escolarização a um processo de desenvolvimento de uma sociedade desejada por liberais, civis e eclesiásticos que, nesse período, se moviam para oferecer ações no campo da cultura e da educação para a população (MACHADO, 2009). Assim, ser um sujeito instruído era visto como algo de grande importância para essa elite que entendia a educação do povo como diretamente relacionada à ascensão da nação (MACHADO, 2009). Porém, na Primeira República, esse discurso progressista apresenta em sua prática uma lógica opressora e excludente de educação não apenas *da* população negra, mas sobretudo *para* a população negra (MACHADO, 2009), pois, contraditoriamente, as políticas educacionais que estavam associadas a uma busca de um sonho utópico de uma elite também se associavam à brancura⁸ do povo (DÁVILA, 2006). Nesse sentido, a definição dos sujeitos com o papel de educar quem de fato controlava não só a universidade, mas também a sociedade, fazia parte de um pensamento recorrente de um grupo intelectual na segunda década do século XX, que acreditava que a evolução da nação estaria atrelada a projetos educacionais⁹ com cunho eugenista¹⁰ (DÁVILA, 2006).

Em sua tese intitulada “Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre a raça no projeto da Universidade de São Paulo”, Priscila Elisabete da Silva (2015) traz à tona o tema

⁸ A brancura era uma forma de afirmar a ‘europeidade’ que, por sua vez, carregava todas as armadilhas da modernidade, da urbanização à industrialização, racionalismo, ciência e virtude cívica. Além disso, a brancura transmitia um censo racial de saúde, vigor e superioridade darwinista. A brancura era também, contudo, a ausência da negritude, que era uma afirmação negativa da virtude racial [...] (DÁVILA, 2006, p. 27).

⁹ Esses projetos educacionais modernos que, já na década de 1920, avançaram com força durante a era Vargas, lançaram “luzes sobre uma das questões mais paradoxais do Brasil moderno: como a ideia de que o Brasil era uma democracia racial se tornou o mito orientador da nação durante a maior parte do século XX” (DÁVILA, 2006, p. 57).

¹⁰ Segundo o pesquisador Carlos Eduardo Dias Machado (2009, p. 54), o movimento eugênico descobriu na escola um importante “fórum de gerência populacional”. No imaginário de uma democracia liberal, o uso da ciência no ensino poderia definir não só o futuro da nação como também preparar o “povo” para tal.

da raça e da eugenia¹¹ como selos do projeto de construção da USP. Em seu trabalho, a pesquisadora, a partir da análise de alguns arquivos, cartas pessoais escritas pelos principais intelectuais e personagens importantes¹² para a criação da universidade, revelou a forte identificação dessas pessoas com políticas higienistas, eugenistas e raciais que estavam muito presentes nesse período de criação da universidade:

O eugenismo desempenhou papel central para época, seja ao contribuir para a afirmação do saber médico como o único capaz de guiar a nação ao progresso, seja por colaborar e para a constituição de instituições de controle social e ainda pela influência desenvolvidas junto à implantação de políticas de cunho eugênico. (SILVA, 2015, p. 123)

É importante salientar que, como a pesquisadora mesmo resgata, as ideias eugenistas já estavam sendo grafadas bem antes da construção da Universidade de São Paulo. Essa ideologia foi muito popular¹³ no Brasil nesse período¹⁴, com o uso da teoria original à moda brasileira¹⁵ e a combinação das interpretações do darwinismo social com as perspectivas evolucionistas e monogenistas, para explicar as diferenças e hierarquias (SCHWARCZ, 1993).

Assim:

Na medida em que esse tipo de teoria se transformou no Brasil em uma espécie de jargão comum até os anos 30, tornou-se quase impossível o estudo da totalidade dos intelectuais que opinaram sobre a questão racial. Opção será, dessa maneira, tomar os atores não de forma isolada, mas vinculada a diferentes instituições das quais participavam e representavam, por sua vez, seu contexto maior de discurso intelectual. (Ibid., p. 65)

¹¹ Segundo Dávila (2006, p. 31) A eugenia foi uma tentativa científica de ‘aperfeiçoar’ a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários – noção popular por toda Europa e América no período entre guerras. Os cientistas voltaram-se para a eugenia como uma ciência de ampla abrangência, que combinava diferentes teorias sobre raça, hereditariedade, cultura e influência do meio ambiente em práticas e receitas que visavam ‘melhorar’ uma população nacional”.

¹² Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo apontavam a educação como instrumento de mudança para o povo. Eles se aproximaram da eugenia em um momento em que era forte a associação dessa ideia com a prática de higiene física e social (SILVA, 2015).

¹³ Como salienta Dávila (2006, p. 52): “No período entre as duas guerras mundiais, o Brasil foi uma nação seduzida pela ideia de que a ciência poderia ser o árbitro final das relações sociais. Essa causa era defendida por uma crescente casta de cientistas sociais que dominavam as políticas sociais e prometia a aplicação eficaz e imparcial de teorias científicas estrangeiras aos problemas nacionais do Brasil”.

¹⁴ A própria América Latina era tratada não como contribuidora, mas como consumidora das ideias e uma consumidora bastante passiva” (MACHADO, 2009, p. 50).

¹⁵ Dávila (2006) pontua que há dois tipos de eugenismo nesse período, o “leve” e o “pesado”. Segundo o autor, os eugenistas leves seriam aqueles que aceitavam que a melhoria racial – as mudanças de traços – estava relacionada a cuidados com a saúde, influências ambientais, valores culturais e circunstâncias de reprodução. Os eugenistas “pesados”, por sua vez, não aceitavam a modificação de traços e se dedicavam em eliminar os traços indesejados por meio do controle da reprodução. Essas duas divisões estavam associadas a duas vertentes teóricas da genética, a de Lamarck e a de Mendel. Lamarck sustentava que o comportamento e o meio ambiente moldavam os genes, enquanto Mendel acreditava que o material genético poderia ser alterado ao longo da vida. No Brasil, os eugenistas escolheram a genética francesa lamarckiana, que prometia retornos mais imediatos e positivos.

Nesse sentido, o trabalho de Silva (2015) contribuiu para a compreensão não apenas do papel e da força do eugenismo nacional no início do século XX, mas também da regulação de normas que estereotipavam o corpo negro e o posicionavam em um lugar inferior, comprovando, desse modo, que uma dessas diferentes instituições que alimentaram essa ideologia do eugenismo foi a Universidade de São Paulo. Mais da metade das cartas que chegavam para o eugenista Renato. F. Kehl¹⁶ “apresentavam nomes de intelectuais ligados à história da USP” (SILVA, 2015, p. 152), formando uma rede de contato que fortalecia um discurso em que

É possível afirmar que, da parte de figuras que estavam vinculadas às faculdades e instituições ligadas à USP, houve uma boa receptividade para com as ideias eugênicas e para com o eugenista Renato. F. Kehl, fato ocorrido seja antes da fundação desta Universidade, seja após sua fundação, o que nos conduz a pensar que, tanto pelo vínculo científico, quanto pela crença ideológica defendida pela eugenia, os intelectuais e, conseqüentemente, as instituições que representavam não só estiveram ligados, mas contribuíram para a expansão do movimento eugenista nacional e, particularmente, para a validação das ideias de Renato F. Kehl. (Ibid., p. 184)

Com um maior entendimento sobre as diversas propostas que rodeiam a criação dessa instituição, essa constatação sobre o discurso eugenista tem um significado especial ao revelar que o processo de modernização, como todo processo social, é desigual, agindo de forma diferenciada em cada grupo social. No caso da USP, temos a hipótese de que a existência do diálogo entre pensadores da USP e o eugenista Renato F. Kehl pode ter influenciado a articulação para a criação de uma rede intelectual do pensamento eugênico e – pensando a universidade como construtora da elite nacional – o projeto de uma elite com uma consciência eugênica (SILVA, 2015), ou de “uma nação moderna e civilizada – “leia-se branca, física e culturalmente” (Ibid., p. 152).

Essa armadilha da modernidade (DÁVILA, 2006) que faz parte do projeto USP conferiu uma tonalidade progressista ao discurso sobre a nação como um projeto de sociedade. Porém, com um olhar mais preciso, visualizamos que toda essa manifestação sobre o que é ou não ser civilizado é carregada de contradições opressoras, como afirma o professor David Harvey (1990). Essa dimensão também revela que, mesmo biologicamente inexistente, raça

¹⁶ Renato F. Kehl foi um dos principais eugenistas brasileiros do início do século XX e organizador da Sociedade Eugênica de São Paulo (DÁVILA, 2006). Segundo Silva (2015, p. 150): “O projeto eugênico defendido pelo eugenista nacional, particularmente por Renato F. Kehl, encontrava-se esboçado em um projeto eugênico de educação, isto é, uma concepção de educação construída sob os preceitos da eugenia. Uma visão de educação instrumentalizada para atender aos propósitos de uma construção de uma nação eugenizada, o que era apresentado como sinônimo para civilizado, adiantado, moderno como os europeus”.

foi e ainda é sustentáculo das relações sociais que envolvem não só a instituição universitária sobre a qual estamos nos debruçando, mas também toda uma discussão a respeito da formação territorial da população brasileira. Dessa forma, pensar a comunidade negra¹⁷ que ocupa a Universidade de São Paulo, no campus Butantã, sem fazer essa análise sobre os conceitos de raça, racismo e eugenismo nas relações e tensões que estão incorporadas na sociedade e no interior dos muros da USP, esvaziaria toda uma possibilidade de debate que enriquece o trabalho e que estamos buscando com esta pesquisa.

Para concluir essa primeira análise sobre o território da USP, entendemos que a compreensão, a formação e as contradições entre o pensamento dos intelectuais paulistas e o ideário moderno dão sentido e direcionamento ao estudo. Nesse sentido, o presente trabalho não apenas compreende de forma material os caminhos que tornaram possível a fundação de um território universitário marcado espacialmente e cercado por muros na zona oeste da cidade de São Paulo, como também permite interpretar historicamente como foram tecidas algumas narrativas que estão nas entrelinhas da história e que, de alguma forma, estão atreladas às temáticas que envolvem a Universidade de São Paulo e às diversas relações de poder dentro dela que se refletem na configuração\ territorialidades do corpo negro nesse território.

A Territorialidade do corpo negro na USP

A maneira como a população negra –servidores(as)– usa e ocupa o território da USP projeta, para a investigação deste trabalho, uma perspectiva necessária para a leitura da geografia das relações étnico-raciais no campus do Butantã. Nesse sentido, optamos por uma análise quantitativa para identificar como se dá a presença desses sujeitos que marcam o território de uma das maiores universidades do Brasil.

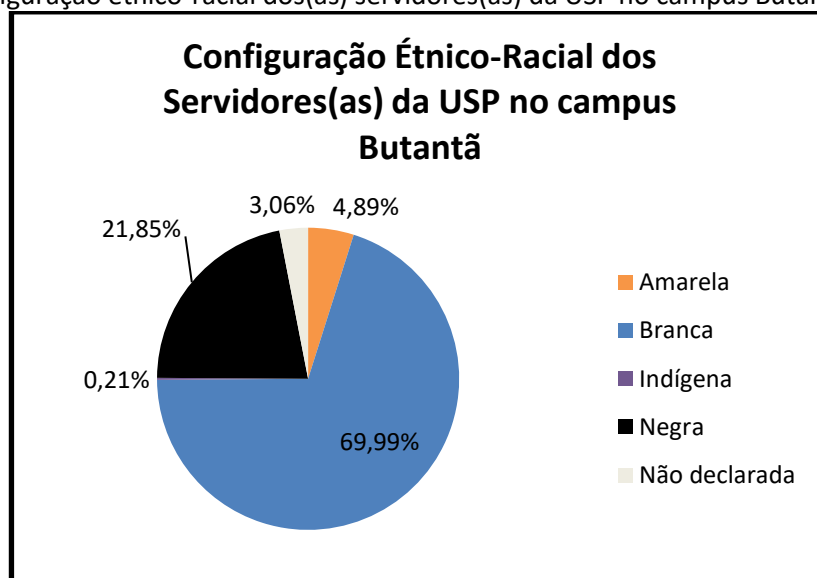
A importância da busca e da construção de uma análise atual sobre a configuração da população negra no território do campus Butantã é um princípio norteador para o entendimento das contradições que estão materializadas dentro das universidades e que, a partir de uma profunda investigação, podem ser também um eixo condutor para compreensão das relações raciais brasileiras.

¹⁷ Lembrando que nosso recorte se baseia na análise de trajetórias de servidores(as) técnico-administrativos e professores

Mesmo em diferentes papéis no campus, os/as servidores/as possuem uma ligação com as escolhas dos espaços de trabalho, em que a diferença entre estudantes e servidores é, por exemplo, o tempo de permanência na universidade, pois ser funcionário/a público é vivenciar um tempo maior dentro do território. Outra diferença é a estrutura de funcionamento que rege a presença dos trabalhadores. Aqui, iremos nos basear na estrutura oficial do Departamento de Recursos Humanos da USP; porém, para nossa interpretação de dados, a única diferença será a forma como observamos essas informações, já que optamos por não fazer uma distinção direta entre docentes e trabalhadores técnico-administrativos do campus. É importante ressaltar que dentro do racismo estrutural, as relações socioeconômicas tem uma única entrada, a partir de uma interdependência das relações de gênero, raça, a classe(DAVIS, 1981; GONZALES, 1984), o que nos ajuda a compreender nesse caso as desigualdades na presença de servidores negros em cargos de docência e técnico-administrativo.

O encontro de dados referentes à configuração étnico-racial dos(as) servidores(as) negras(os) da Cidade Universitária da USP se deu através do recadastramento anual feito pelos servidores públicos do Estado de São Paulo. Escolhemos esse caminho porque possibilita uma atualização anual dos dados cadastrais dos(as) servidores(as) que estão na ativa dentro do campus, inclusive dados diretos referentes à opção por cor/raça dos trabalhadores(as). Assim, o primeiro resultado da coleta de dados pode ser visto abaixo:

Figura 1 - Configuração étnico-racial dos(as) servidores(as) da USP no campus Butantã



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Essa primeira organização dos dados colhidos revela como se dá a divisão étnico-racial dos(as) servidores(as) do campus Butantã. De acordo com os dados, o grupo em destaque,

ocupando um total aproximado de 69,99%, é a população branca, que corresponde a um total de 5.886 pessoas. Em seguida, com 1.837, temos 21,85% de pessoas que se autodeclararam negras. O gráfico também mostra que, entre os(as) trabalhadores(as) da USP, 4,89% se consideram amarelo, o que equivale a um total de 411 pessoas e, expressivamente, existem 3,06% de pessoas – 257 em números –, que não optaram por nenhuma das opções de autodeclaração étnico-racial. Em menor porcentual, temos os indígenas, com 0,21%, ou seja, 18 pessoas.

A organização desses dados coletados deu origem a uma geografia dos espaços ocupados por esses servidores negros no território da USP e que foi materializada na **figura 2**. O mapa do território da Cidade Universitária permite que, a partir das manchas de calor, possamos identificar os espaços que possuem maior ou menor densidade de servidores negros dentro do campus, em que as manchas respeitam uma ordem da temperatura que envolve as cartelas de cores selecionadas. Assim, no espectro de cor do mapa, na ordem crescente, temos a cor branca, referenciando espaços da universidade onde a presença de trabalhadores negras é muito baixa e, em seguida, espaços amarelados, onde a densidade não é muito baixa, mas continua em níveis baixos. Os espaços laranjas do mapa são, por sua vez, espaços onde a ocupação é moderada e, por fim, as cores vermelha e vinho sinalizam os espaços que de fato possuem uma densidade alta ou muito alta.

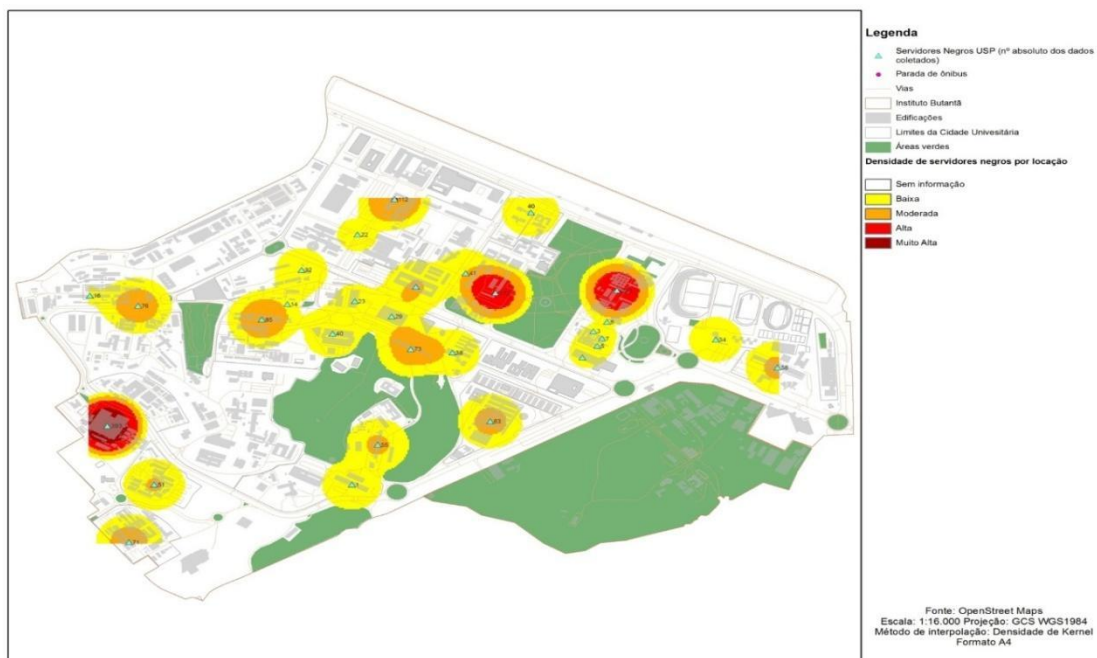


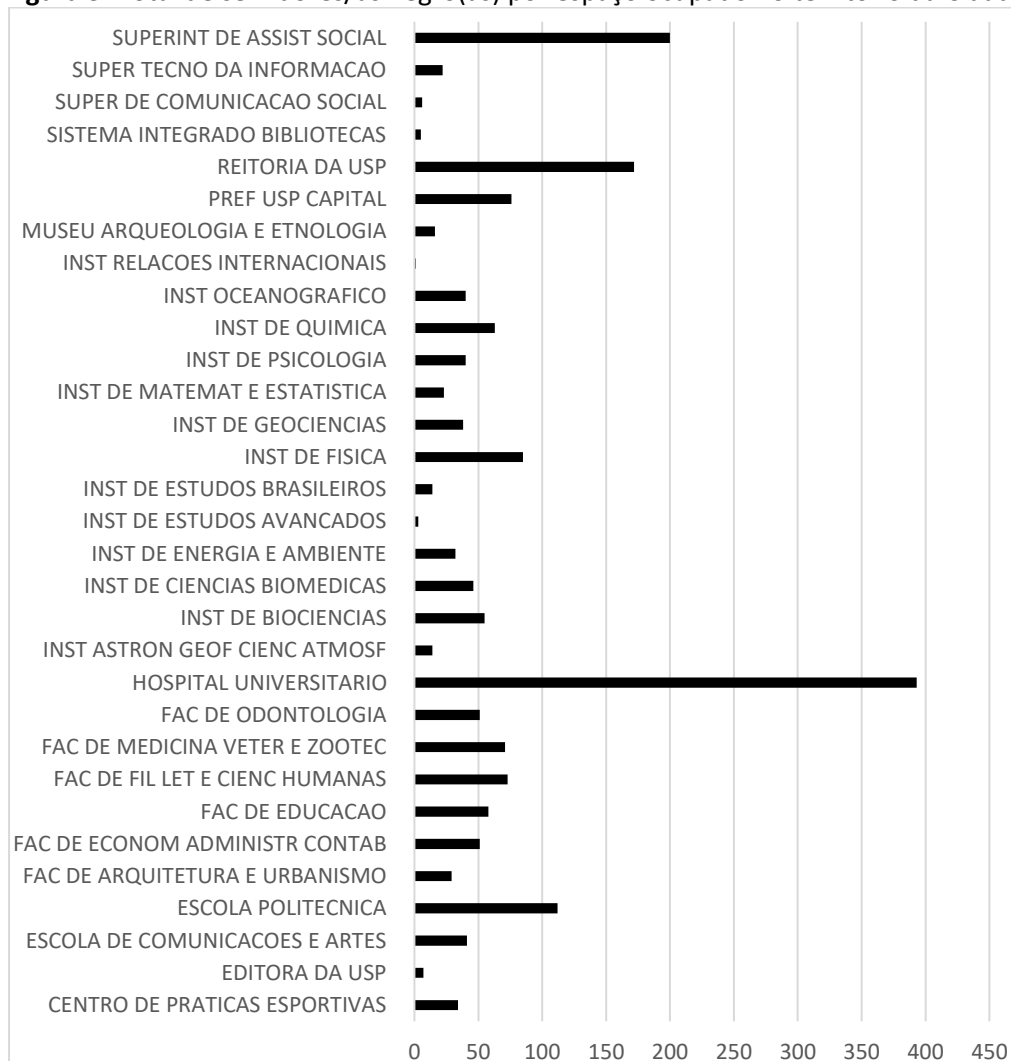
Figura 2 - Espaços ocupados pelos servidores negros/as no território da USP (2018).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A disposição das cores no mapa denuncia como e onde os(as) servidores(as) negros(as) estão localizados na USP. Em um primeiro olhar, é possível identificar três manchas

avermelhadas no mapa, os pontos quentes do mapa (*hot points*), que marcam os espaços onde se tem uma maior densidade de servidores públicos negros da USP. Assim, a partir desses pontos quentes, temos que os espaços com maior presença negra e de não-docência são o Hospital Universitário, a Superintendência de Assuntos Sociais e a Reitoria da USP. Vale ressaltar que os três espaços destacados são áreas que não são de docência. Apesar desses pontos tomarem lugar de destaque, é importante perceber que, na organização das cores do mapa, aquela que prevalece é a branca, indicando que, mesmo com a existência de três pontos quentes, ainda existe uma baixa densidade de servidores negros ocupando o território em sua totalidade. Os pontos amarelos/alaranjados distribuem uma variedade de manchas que se concentram no centro do território e se diluem em suas bordas. Essas informações, quando convertidas em valores gráficos (**figura 3**) trazem uma outra perspectiva de observações em relação à distribuição negra no campus.

Figura 3 -Total de servidores/as negro(as) por espaço ocupado no território da Cidade Universitária)

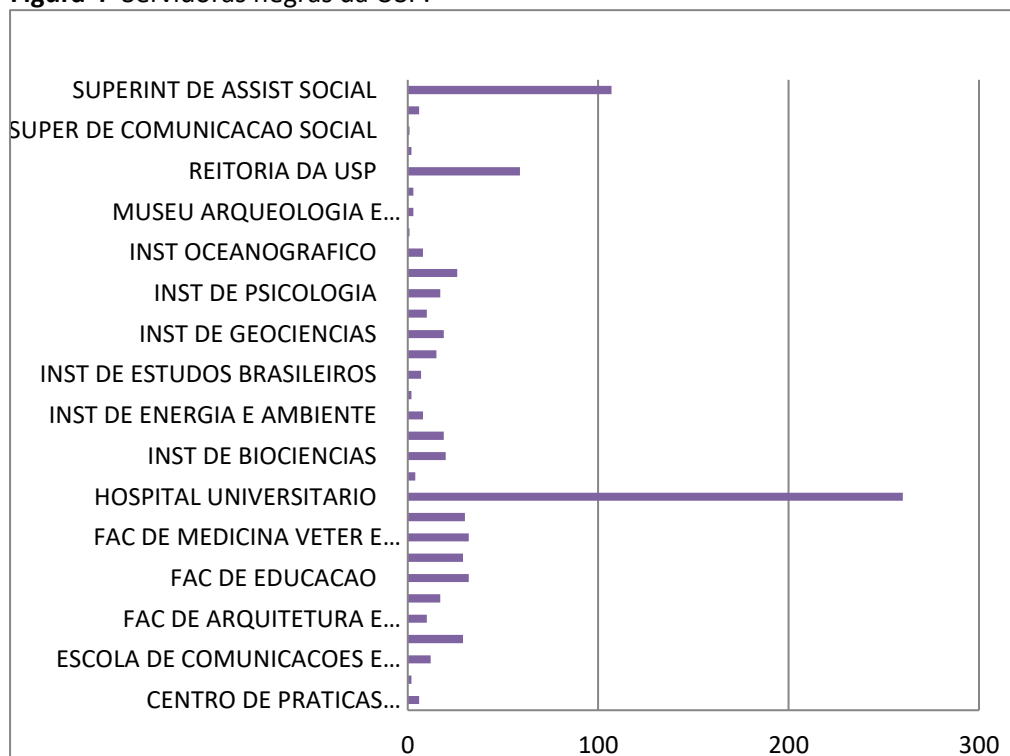


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Embora o mapa indique que o anel que representa o Hospital Universitário possui uma coloração mais intensa, é no gráfico que temos a comprovação desse fato. São quase 400 servidores negros – cerca de 20% do total de servidores negros/as – que estão nesse espaço do território. Como mostrado no mapa, temos como segundo espaço a Superintendência de Assuntos Sociais, com cerca de 200 pessoas, correspondendo a 10,70% do total do corpo de servidores negros da USP e, por último, temos a Reitoria da USP, com um pouco mais de 150 pessoas, 9,19 % do total.

A estrutura é pouco alterada quando o recorte de gênero é feito (**figura 4**), respeitando os três espaços levantados nos dados gerais. Porém, com 66%, o Hospital Universitário revela que não é somente um espaço onde a presença negra dos(as) trabalhadores(as) está massivamente aglomerada, mas é também onde se tem significativamente a presença do corpo negro feminino da USP. Na Superintendência de Assuntos Sociais, a presença feminina também supera a de homens negros, correspondendo a 53% das trabalhadoras desse espaço, enquanto a Reitoria da USP é um espaço ligeiramente masculino em sua geografia dos corpos negros, com 34% de mulheres negras.

Figura 4—Servidoras negras da USP.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Para além dos valores percentuais, decidimos nos debruçar sobre os cargos para dialogar com esses três pontos quentes presentes no mapa. Lembramos que os dados que deram

origem ao mapa e ao gráfico acima foram produtos da unificação de duas importantes categorias de servidores da USP: os docentes e os servidores técnico-administrativos, mas isso não significa que, a partir de uma observação mais próxima, não possamos analisar separadamente esses dois grupos.

A partir de uma apreciação da estrutura organizacional fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos da USP, conseguimos ter uma percepção do que há de escuso nos dados referentes aos cargos para depois aprimorar a análise desses três principais espaços onde se tem uma maior presença de trabalhadores/as negras no território.

Segundo esse órgão, cargo/carreira é uma função/posição que uma determinada pessoa ocupa dentro da instituição. Pensando o corpo negro dos trabalhadores/as, sua trajetória profissional está diretamente ligada às particularidades da população negra de um país onde a democracia racial ainda é fictícia, condiciona de alguma forma as escolhas desses sujeitos, como já foi apontado no estudo sobre os graduandos (BRAGA, 2019).

As carreiras que são, segundo o artigo 2 da Resolução USP 5.912/2011, “agrupamentos das funções” serão, na ótica dos servidores técnico-administrativos, divididas em Básico, com sujeitos que apenas puderam cursar o ensino fundamental; técnico, em que as pessoas têm um grau de escolaridade que chega ao ensino médio; e superior, com pessoas que já cursaram uma faculdade. Cada uma dessas carreiras será diretamente relacionada às devidas referências salariais¹⁸. Embora não pretendamos fazer uma análise financeira desse aspecto, buscamos compreender o vínculo das atribuições que essas funções têm com a causalidade na relação entre trajetória, formação educacional e ascensão social.

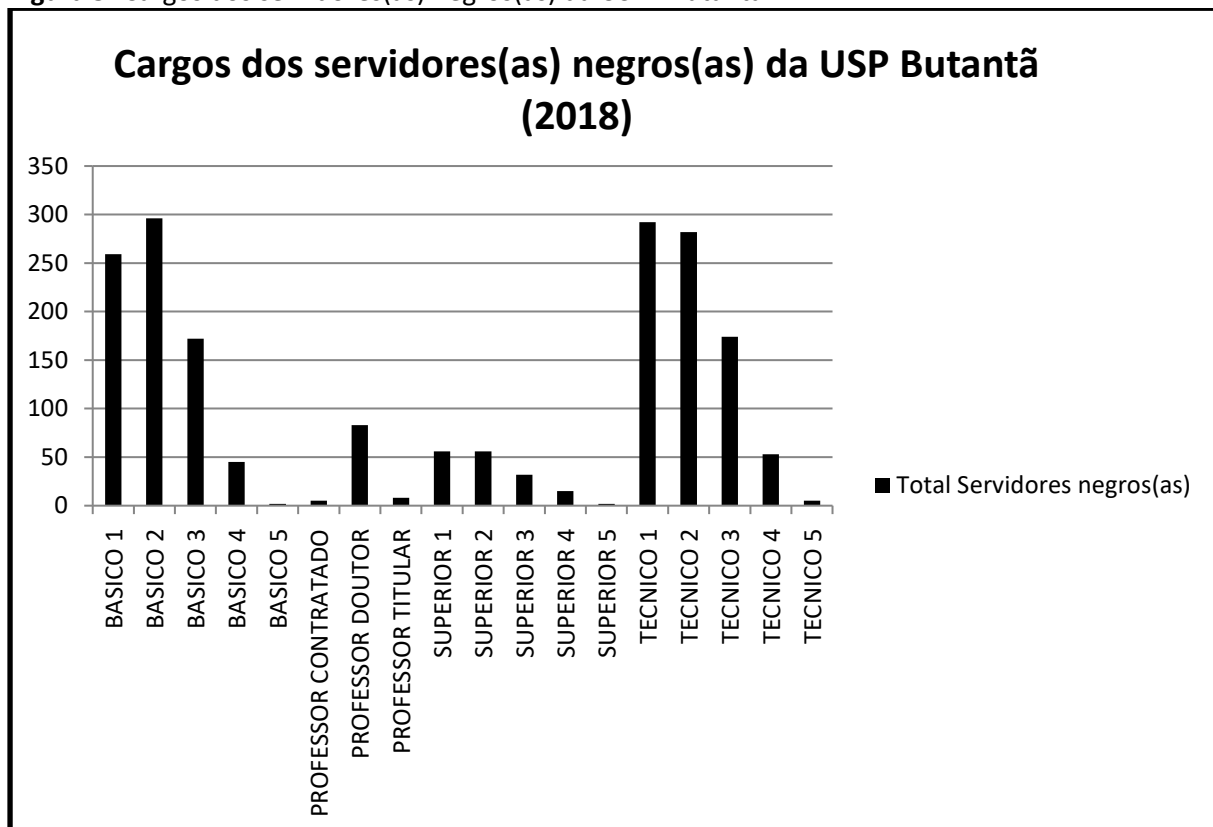
Ao considerar os docentes do campus da USP, temos uma outra estrutura organizacional de agrupamento das funções. A primeira diferença está na presença da subdivisão de duas categorias internas de docentes: aqueles ingressos pelo processo seletivo e os ingressos por concurso público. Os ingressos pelo processo seletivo são os docentes que possuem um tempo determinado de presença como professor na USP e que ingressaram a partir de editais publicados pelo Diário Oficial, havendo, nesse caso, presença de três categorias internas: a de Professor contratado I, em que o candidato possui no mínimo o curso de graduação; a de Professor contratado II – Assistente, cujo candidato possui no mínimo o

¹⁸ É necessário pontuar que dentro de cada grupo de funções dos técnico-administrativos existe uma subdivisão que está relacionada ao movimento funcional da universidade e que é indicado pelas letras de cada carreira e um número indicativo do referencial salarial – B1, B2, ou mesmo T1, T2, consequentemente.

título de Mestre; e o Professor contratado III – Professor Doutor, cujo candidato possui no mínimo o título de Doutor. Já para aqueles que entram no território da USP como professores concursados temos apenas duas subdivisões: a de professor Doutor, que precisa ter no mínimo o título de Doutor outorgado pela USP e com validade nacional, e professor Titular, portador do título de Livre-Docente.

Assim, ao nos voltarmos ao recorte étnico-racial dessa categoria, temos a distribuição dos cargos abaixo:

Figura 5 -Cargos dos servidores(as) negros(as) da USP - Butantã



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O gráfico evidencia a distribuição do contingente de servidores(as) negros(as) ao longo dos agrupamentos de funções da USP. Como já explicado, essas funções estão vinculadas não só às atribuições e responsabilidades de cada carreira, mas também às conquistas individuais das múltiplas trajetórias escolares de cada um desses sujeitos. O gráfico unifica tanto a categoria dos docentes como a dos técnico-administrativos da instituição para se ter um parâmetro geral da configuração dos cargos a partir da população negra. Assim, a primeira interpretação que o gráfico suscita é o acentuado crescimento das barras nos cargos de Básico e Técnico (que estão nas laterais) e uma queda no centro do gráfico, onde está a distribuição dos cargos de docentes. Essa primeira leitura nos faz compreender que, no

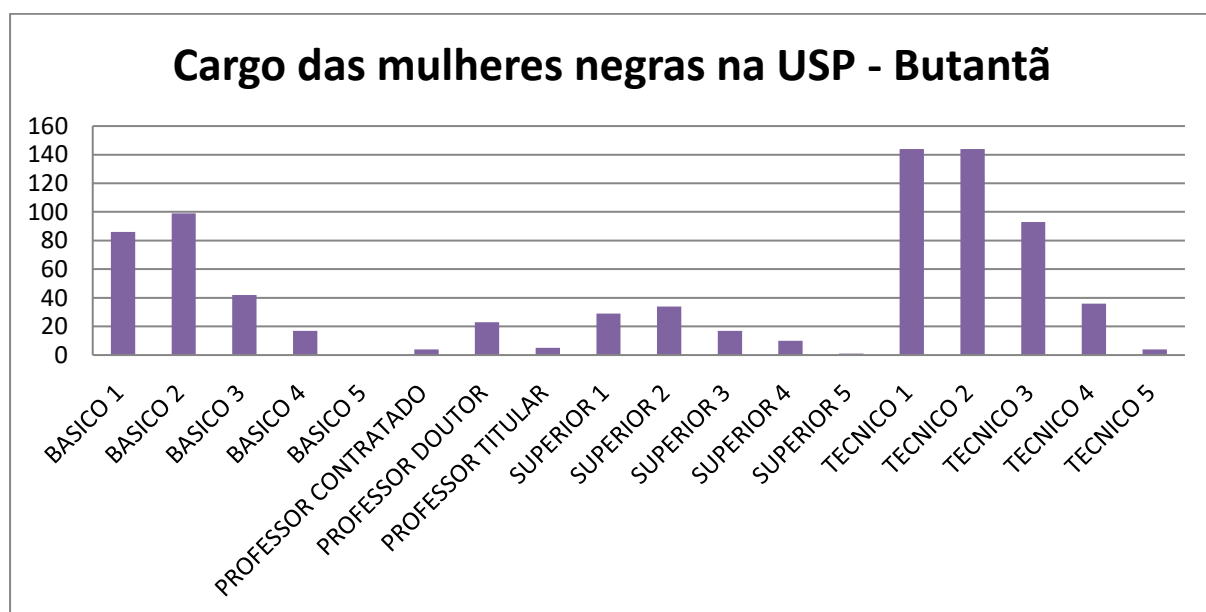
território da USP, a população de trabalhadores(as) negros(as) está concentrada nos cargos de técnico-administrativo, sem se materializar nos espaços de sala de aula como professoras e professores universitários.

Delineando com mais cuidado e a partir do Plano de Classificação de Funções (PFC) os cargos da população negra da USP, vemos que as três mais acentuadas são as Básico 2, Técnico 1 e Técnico 3. Básico 2 está atribuído a funções como a dos auxiliares – laboratórios, manutenção/obras e serviços gerais – e que se vinculam aos trabalhos ditos como “braçais” da universidade. Já o Técnico 2 e o Técnico 3 possuem uma escolaridade maior do que a encontrada no Básico 2, tendo funções na USP como a de agentes de vigilâncias e técnicos de enfermagem, laboratório, manutenção/obras, assuntos administrativos.

Mesmo em menores proporções no gráfico, temos que, no grupo dos docentes, existe uma prevalência de professores doutores em relação a outras categorias de docentes, como a de professores contratados e titulares. Já no grupo dos que possuem nível Superior, que são os técnicos-administrativos que têm diploma universitário, temos um decréscimo a cada movimento funcional – tendo o Superior 1 e 2 uma paridade, mas que decai no Superior 3 e no Superior 4. Esse fato em especial mostra que, quanto maior o nível de exigência educacional, menor a presença negra no grupo dos servidores técnico-administrativos.

Pensando nas mulheres negras que trabalham na USP também podemos ter uma mudança na estrutura dos cargos ocupados pela população negra, como mostra o gráfico abaixo:

Figura 6 -Cargo das mulheres negras na USP – Butantã

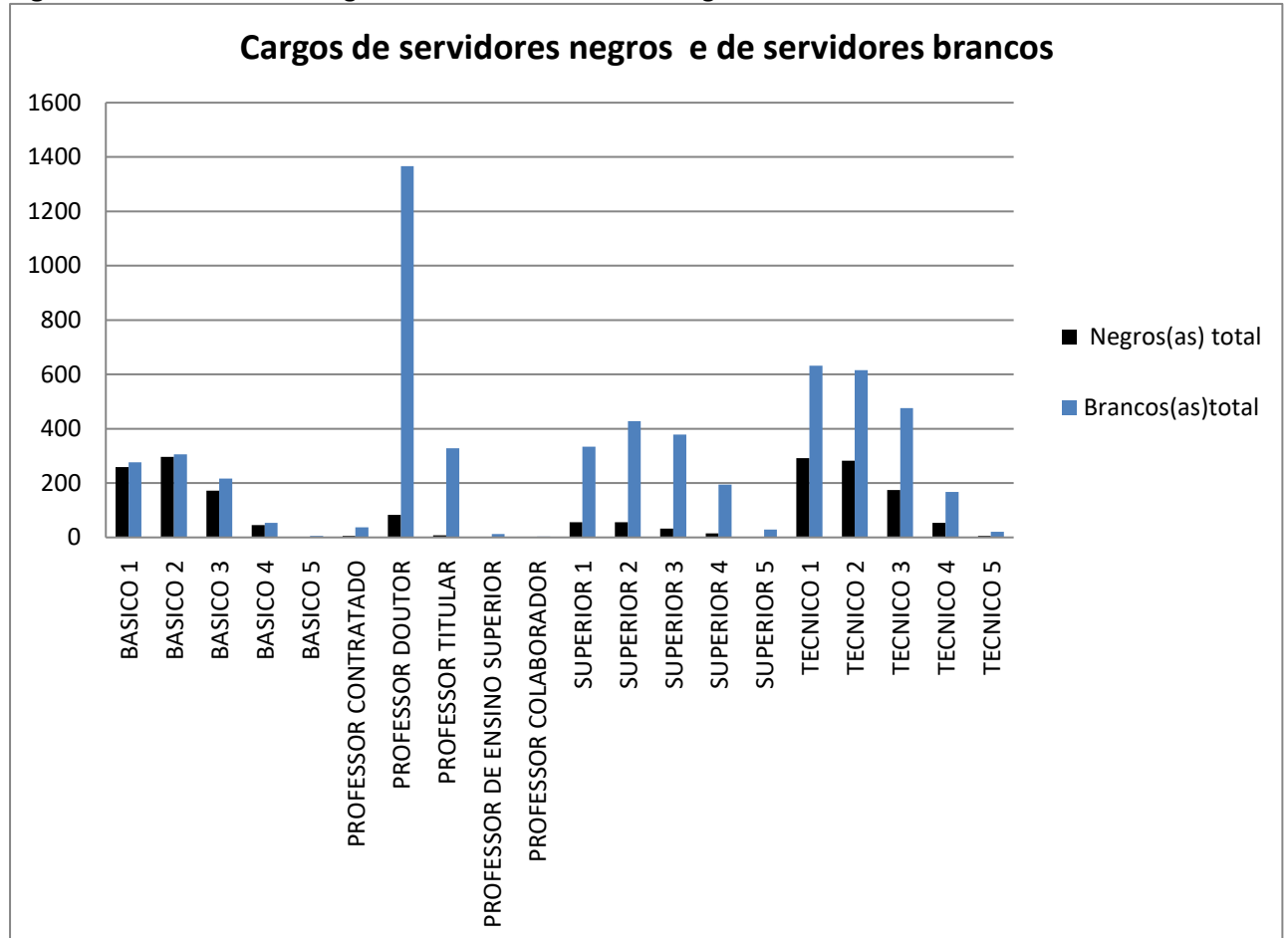


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Seguindo a mesma lógica de análise, mas agora com o recorte de gênero/raça, temos uma reclassificação entre as três categorias de destaque no gráfico e que aponta uma maior concentração nos cargos de Técnico 1, Técnico 2 e Básico 2. Esse deslocamento criado pela leitura de gênero/raça faz com que entendamos, no caso das técnico-administrativas negras, que elas estão ligeiramente à frente no que diz respeito ao movimento funcional dos técnicos, havendo uma troca em relação à realidade existente no gráfico geral, em que o Básico 1 assume a posição inicial. Esse deslocamento pode ser explicado pela maior escolaridade, em níveis percentuais, das mulheres negras em comparação aos homens negros (OSORIO, 2006).

Retornando para a questão dos docentes, percebe-se que, nesse grupo, no que diz respeito à população negra, esta ainda não está – tanto no gráfico geral como no gráfico com recorte de gênero – se territorializando da mesma forma como ocorre com os servidores técnico-administrativos. Apesar de termos no gráfico geral dos(as) servidores(as) negros(as) (**figura 5**) um realce na coluna de professores doutores, esta se dilui quando comparamos com a realidade do grupo étnico-racial que prevalece no campus, como mostra o gráfico abaixo:

Figura 7- Cargo de servidores negros e de servidores brancos



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

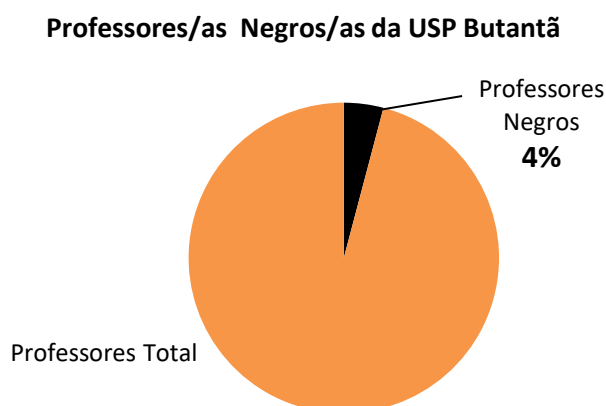
Representando quase 70% dos trabalhadores/as do território universitário, os servidores brancos se destacam praticamente em todos os cargos da USP. Essa prevalência resulta no que pontuamos como diluição da presença negra na grande parte dos cargos que exigem maior escolaridade (professor, supervisor e técnico) e em uma quase horizontalidade – digamos aproximação – nos cargos de menor exigência escolar (Básico).

No caso dos professores doutores¹⁹ que, em um primeiro olhar, trazem para o debate sobre a população negra uma impressão de avanço quanto à presença de professores negros doutores, o gráfico comparativo acima fornece uma outra percepção dessa realidade. Esta demonstra que, em relação aos professores doutores brancos, temos que esses são quase 17 vezes maiores do que os professores negros de mesmo cargo e, em um parâmetro geral,

¹⁹É importante salientar que essas subdivisões nada mais são do que hierarquias dentro da categoria dos docentes da USP, como pontua Silva (2015, p. 187), em que ser professor Doutor “constitui o primeiro degrau da carreira docente da USP, professor titular o nível mais elevado”.

das diferentes categorias de professores, observamos que apenas 4% do professorado da USP Butantã²⁰ é negro (**figura 8**).

Figura 8 – Professores (as) negros(as) da USP Butantã.



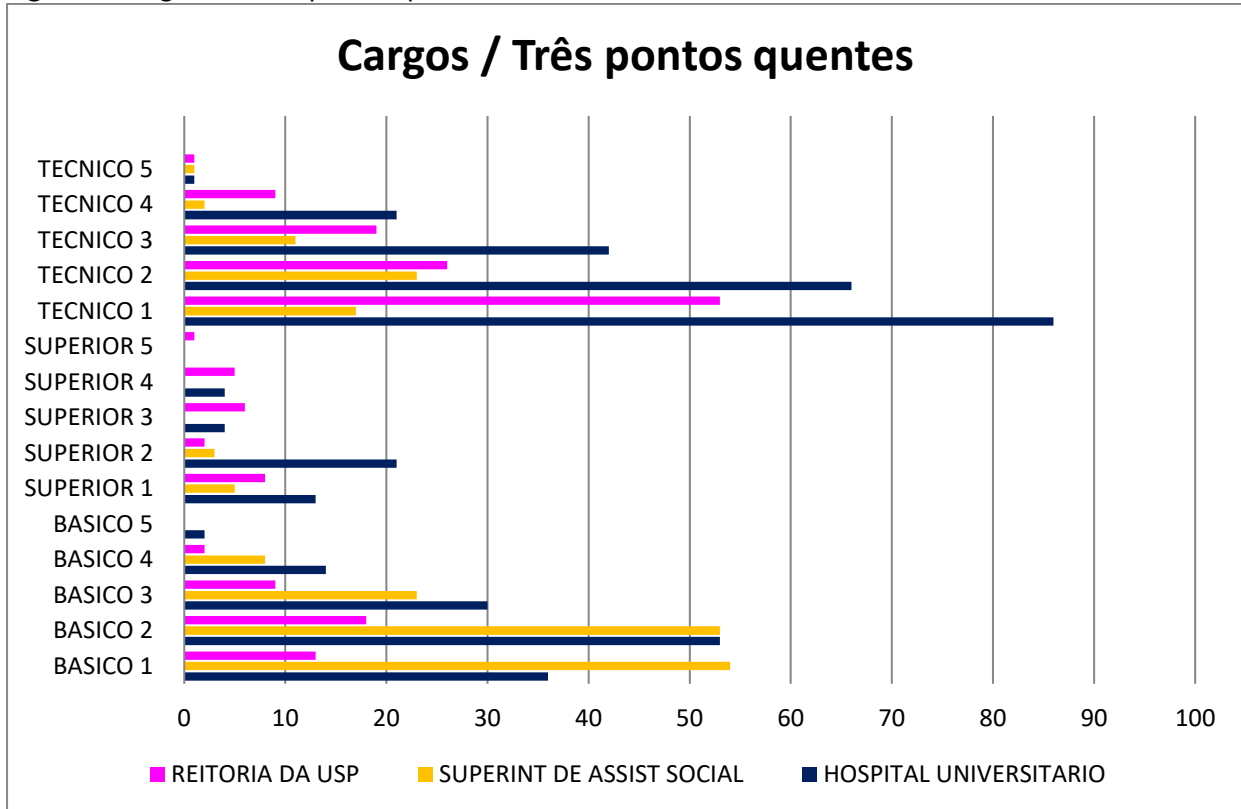
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Essa análise sobre os cargos docentes e técnico-administrativos também nos ampara no estudo sobre os sujeitos negros que estão ocupando os três pontos quentes do território (**figura 9**), onde existe uma maior densidade de servidores negros da USP: o Hospital Universitário, a Superintendência de Assuntos Sociais e a Reitoria da USP. No caso do Hospital Universitário, onde há uma preponderância de mulheres negras, temos como principal cargo o Técnico 1, marcado pela presença da função ativa da técnica em Enfermagem. Essa profissão justificaria a combinação gênero/raça na relevância da territorialização do corpo de trabalhadoras negras na realidade do território universitário, sendo também um sintoma, já analisado em inúmeras pesquisas, sobre a ascensão negra²¹ e as escolhas profissionais.²²

²⁰ Ainda sobre os docentes, notamos que, ao inserirmos os dados dos professores brancos, surgem, dentro do cargo de professores, duas categorias inexistentes nos dados de docentes negros. Estamos falando dos professores colaboradores e professores de ensino superior, que provavelmente são cargos extintos, pois não há informações sobre eles nos arquivos informados no site oficial do Departamento de Recursos Humanos.

²¹ Dados do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) têm demonstrado a predominância de mulheres negras na Enfermagem em alguns Estados do Brasil. No Mato Grosso, por exemplo, a Enfermagem é negra e feminina, chegando a 85% de mulheres e 67% de negros.

²² Em seu trabalho “A história social da enfermagem brasileira afrodescendente e formação profissional pós 1930”, o pesquisador Paulo Fernando de Souza Campos (2012) nos dá um caminho para entender um pouco mais essa concentração de mulheres negras no campo da Enfermagem. Segundo ele, a enfermagem em São Paulo, na década de 1930, “reconfigurou não somente a formação profissional, mas também a identidade profissional da enfermagem do Brasil, pois incluiu disciplinas que não existiam no antigo modelo, como enfermagem, psiquiatria e moléstia tropicais, assim como possibilitou a reintegração de homens e mulheres negras na enfermagem brasileira” (Ibid., 2012, p. 175).

Figura 9 -Cargos dos três pontos quentes do território da USP Butantã.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No caso da Superintendência de Assuntos Sociais (SAS), percebe-se que, nesses espaços, o gráfico é inchado principalmente nos cargos Básico 1 e Básico 2, refletindo-se em uma geografia do corpo que evidencia a relação da presença de trabalhadores(as) negros(as) em funções e ações determinadas no campus. Assim, o movimento desses sujeitos no território está diretamente vinculado aos cargos e funções da geografia da SAS, ou seja, grande parte desses trabalhadores negros está se territorializando na cozinha do restaurante universitário, nas portarias das moradias estudantis ou até mesmo na infraestrutura e na manutenção do campus.

No caso da Reitoria, que representa o último ponto quente do mapa, os cargos, diferentemente da SAS, se concentram principalmente em técnicos (Técnico 1, Técnico 2 e Técnico 3), em uma decrescente no movimento funcional, conforme o aumento da necessidade de escolaridade. Dessa forma, é muito possível que o corpo negro aqui esteja materializado no território como agentes de vigilância, técnicos de segurança do trabalho ou de manutenção e obras, retomando novamente as funções desses sujeitos e a relação que eles possuem dentro do território. Estamos falando aqui de um espaço no território onde o

trabalho é, como já pontuamos, “braçal”, reproduzindo uma violência simbólica (GONZALES, 1982) que associa o corpo negro a tarefas e posições que estão em patamares mais baixos da hierarquia social.

Considerações finais

Portanto, a configuração do corpo negro na mão-de-obra da USP Butantã, trazida em valores quantitativos, revela informações importantes acerca da população negra que usa e ocupa o território universitário e cria uma “miragem” (SILVA, 2015) na escala de observação. Esse descompasso foi acertado ao trazermos para o campo de visão, por meio da averiguação da totalidade, comparações entre a população negra e o grupo étnico-racial prevalente dentro do território da USP, o que permitiu, para a proposta desta parte do trabalho, uma discussão séria sobre esse corpo e as desigualdades territoriais que marcam as diversas funções da USP.

No caso dos docentes, a pesquisadora Silva (2015), em seu doutorado sobre a configuração racial do corpo docente da USP, afirma o seguinte sobre a desigualdade racial nesse âmbito:

A sub-representação do negro/s no corpo docente tende a permanecer historicamente, indicando uma clara racialização da (im)possibilidade de ascensão de negros/as nas carreiras docentes da USP, uma vez que esse grupo, conforme indica, tendeu a diminuir proporcionalmente à medida que se tem avanços nos degraus das categorias docentes. (Ibid., p. 192)

Essa impossibilidade de ascensão também está retratada nos dados referentes às carreiras dos servidores técnico-administrativos do território da USP, em que as ações de grande parte desses trabalhadores tendem a respeitar a lógica cristalizada da linha de cor “que marca as distâncias históricas entre brancos e negros no ensino superior” (Ibid., p. 169) e que, materializa uma geografia desigual desses sujeitos no espaço da universidade.

Em vista disso, neste trabalho foi-se possível apresentar dados por meio de gráficos e mapas que permitiram localizar no território da USP as distintas e desiguais densidades negras no espaço. Essa espacialização das diferenças nos possibilitou levantar um debate em que pessoas com os mesmos repertórios, a mesma formação e até mesmo o mesmo salário, possuíam valores diferentes segundo o lugar que ocupavam, mas, também, segundo seu gênero e raça, o que reforça o ponto central desse artigo que é: visualizar as geografias

desiguais no território para construir um projeto de democratização espacial a partir de diferentes perspectivas de sujeitos sociais.

Referências

BRAGA, T.J.K. **A territorialidade do corpo negro na USP**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019

CAMPOS, P. F. S. **História Social da Enfermagem Brasileira: Afro descendentes e formação profissional pós-30**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, São Paulo, v. 3, n. 6, pp.167-177, 2012.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)**. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DAVIS, Angela. **Women, Race and Class**. New York: Random House, 1981.

GONZALES, L. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. Annual Meeting of the Latin American Studies Association, Pittsburgh, 5-7 de abril, 1979. (mimeo).

_____. **O papel da mulher negra na sociedade brasileira**. In: LUZ, M. T. *Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs.p.223-244.1984

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 128 1990.

MACHADO, C. E. D. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOTOYAMA, S. **USP 70 Anos: Imagens de uma História Viva**. São Paulo: EDUSP, 2006.

OSÓRIO, R. G. **Desigualdades raciais e de gênero no serviço público civil**. Brasília: Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

SANTOS, M **O espaço do cidadão**. São Paulo: Ed.Nobel, 1987.

SANTOS, R. E. **Sobre espacialidade das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano**. In: *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis, RJ: ABPN, 2012.

SILVA, P. S. **Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900 -1940)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

WITTER, J. S. **USP 50 anos: Registro de um debate**. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2006.